



CARTA
INTERNACIONAL

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 2526-9038

O pensamento chinês e a teoria de Relações Internacionais: uma Escola Chinesa de RI?

*Chinese thought and International
Relations theory: a Chinese School of IR?*

*El pensamiento chino y la teoría
de las Relaciones Internacionales:
¿una Escuela China de RI?*

DOI: 10.21530/ci.v16n2.2021.1156

Pedro Henrique Batista Barbosa¹

Resumo

O estudo de relações internacionais na China tem avançado nos últimos anos com a crescente importância do país no cenário mundial. Cresceram esforços para criar um corpo teórico essencialmente chinês e que reflita sua cultura e filosofia tradicionais, dando forma ao Movimento Escola Chinesa. Há consenso sobre as prováveis origens históricas dessa nova teoria chinesa de relações internacionais e proposições como realismo moral, teoria relacional e sistema “tianxia” atraem crescente atenção, mas não oferecerem ainda modelo alternativo e inovador. A superação desses obstáculos passa pela correção de limitações organizacionais, acadêmicas e teóricas que persistem nas universidades locais.

Palavras-chave: Teoria de Relações Internacionais. Movimento Escola Chinesa. Realismo Moral. Teoria Relacional. Tianxia.

¹ Doutorando em Políticas Internacionais na Renmin University of China (Universidade do Povo da China). (pedrohenriquebbarbosa@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3424-3153>. As opiniões expressas pelo autor neste artigo não refletem as das instituições das quais ele faz parte.

Artigo submetido em 13/12/2020 e aprovado em 12/04/2021.





Abstract

The study of international relations in China has advanced in recent years with the country's growing importance on the world stage. Efforts have appeared to create an essentially Chinese theoretical body that reflects its traditional culture and philosophy, which is being called the Chinese School Movement. There is consensus on the probable historical origins of this new Chinese theory of international relations and propositions such as moral realism, relational theory, and the “tianxia” system attract increasing attention, but do not yet offer an alternative and innovative model. Overcoming these obstacles involves correcting organizational, academic, and theoretical limitations that persist in local universities.

Keywords: Theory of International Relations. Chinese School Movement. Moral Realism. Relational Theory. Tianxia.

Resumen

El estudio de las relaciones internacionales en China ha avanzado en los últimos años con la creciente importancia del país en el escenario mundial. Han aparecido esfuerzos para crear un cuerpo teórico esencialmente chino que refleje su cultura y filosofía tradicionales, lo que se denomina Movimiento Escuela China. Hay consenso sobre los probables orígenes históricos de esta nueva teoría china de las relaciones internacionales y proposiciones como el realismo moral, la teoría relacional y el sistema de “tianxia” atraen cada vez más atención, pero aún no ofrecen un modelo alternativo e innovador. Superar estos obstáculos implica corregir las limitaciones organizativas, académicas y teóricas que persisten en las universidades locales.

Palabras clave: Teoría de Relaciones Internacionales. Movimiento Escuela China. Realismo Moral. Teoría Relacional. Tianxia.

Introdução

Em tempos de guerra comercial e crescente animosidade geopolítica entre EUA e China, cresceram discussões sobre transição de poder, ascensão e queda de potências, “armadilha de Tucídides” (Allison, 2017), entre outras, algumas das quais prevendo que um conflito em larga escala entre os dois países seria não apenas iminente, mas certo. A lógica por trás dessa visão prevê que o poder dominante vê na ascensão de novo concorrente uma ameaça aos seus interesses e hegemonia e toma medidas para conter tal avanço. O atual debate sobre as





relações sino-americanas, nos EUA, tem sido dominado por uma visão realista da política internacional, perspectiva surgida e com muita receptividade nas instituições acadêmicas ocidentais.

Não é assim que todos os pensadores chineses explicam as relações interestatais e a emergência de seu país ao patamar de grande potência. O interesse em corrigir percepções e interpretações, a seu ver, erradas sobre a China e em identificar anomalias em teorias ocidentais, aliado ao fortalecimento do país no sistema de estados, foram algumas razões para autores chineses desenvolver teorias próprias sobre história e política entre nações (Lu 2018) (Qin 2006) (Zhang 2012), assim como fizeram Estados Unidos e Europa décadas atrás (Acharya 2019). Dessa tentativa epistemológica de construir um arcabouço teórico original de relações internacionais (RI) surgiu o Movimento Escola Chinesa.^{2, 3}

Esse artigo traz reflexões sobre o debate de teoria de RI do ponto de vista chinês. Almeja-se aqui discutir se ideias, valores e princípios frequentemente usados por teóricos locais poderiam vir a criar uma escola chinesa de RI. Questiona-se se poderiam organizar-se em torno de um corpo teórico independente, original e distinto, a partir do qual se possa analisar diversos padrões de comportamento, sobretudo em contextos outros que o originário, o que lhe conferiria reconhecimento e aceitação universais.

Entende-se aqui teoria como um mecanismo simplificador da realidade, capaz de interpretar e explicar fenômenos e que estabelece um conjunto rigoroso e coerente de conceitos e categorias que pode atender a dois objetivos. De um lado, pode ser usado como subsídio para o pensamento político-estratégico e o processo de tomada de decisão de qualquer país — orientação para a ação — e, de outro lado, pode criar uma visão para interpretar o mundo, com hipóteses e generalizações que ajudam a tornar este inteligível — orientação para o conhecimento (Qin 2007).

Será demonstrado que se avançou bastante na definição das possíveis origens de nova construção teórica essencialmente chinesa, mas ainda não se alcançou o objetivo de se estabelecer teoria inovadora, com apelo e aplicação universais,

2 Há vários nomes que caracterizam esse conjunto de formulações chinesas de RI. Alguns falam em Teoria de RI Chinesa; outros, em Escola Chinesa de RI. O autor optou pelo termo Movimento Escola Chinesa, pois dá a ideia de processo em construção, o que é um dos pontos defendidos neste artigo.

3 Autores chineses divergem sobre se existe e se deve haver uma Escola Chinesa de RI. Entre os que serão abordados neste artigo, Qin Yaqing é a favor de se ter uma escola chinesa e expressa isso em vários textos, enquanto Yan Xuetong é contra e dedica um anexo de um de seus livros para explicar suas razões (Yan 2011, 252-259).





apesar dos esforços que vêm sendo empreendidos nos últimos anos. Muito do que se obteve até então seriam mais adaptações das principais escolas de pensamento de RI, especificamente realismo, liberalismo e construtivismo, aos cenários políticos, históricos e filosóficos chineses e vice-versa. Essas teorias tradicionais continuam sendo as principais referências para teóricos e práticos de RI dentro e fora da China. O tamanho desse desafio está muito ligado a limitações organizacionais, acadêmicas e teóricas que persistem no meio universitário do país, sem esquecer de barreiras externas à difusão de teorias não ocidentais.

Movimento Escola Chinesa de Relações Internacionais: fases, motivações e conceitos-base

A progressiva emergência da China ao patamar de grande potência tem ensejado discussões acerca de como os chineses enxergam sua relação com o mundo e se o pensamento chinês poderia se tornar uma nova e independente escola teórica de relações internacionais. Nas últimas quatro décadas, esforços contínuos de vários pensadores locais buscaram contestar a hegemonia ocidental na produção teórica em RI e apresentar um contraponto, um conhecimento novo e essencialmente chinês. Esse empenho individual de vários acadêmicos, mas com um objetivo coletivo de tentar criar uma teoria não ocidental de RI, é o que se convencionou chamar Movimento Escola Chinesa.

Seu marco inicial foi a Conferência de Xangai sobre Teoria de RI, em 1987. Embora as preocupações em desenvolver uma alternativa viável ao domínio do Ocidente na produção acadêmica de RI já fossem anteriores, o evento marcou uma tentativa oficial, impulsionada pelo Partido Comunista Chinês, de contestar a autoridade do pensamento então vigente. Acreditava-se que as teorias ocidentais de RI se baseavam na experiência capitalista, incompatível com a realidade chinesa, devendo então ser substituída por teses calcadas na prática socialista da China (Lu 2018). Os pensamentos de Marx, Lênin e Mao Zedong deveriam ser o eixo da construção de um sistema de conhecimentos “com características chinesas”. Alguns autores dessa fase são Li Shisheng (Li 1999), He Fang (He 1992) e Liang Shoude (Liang 1994).

A segunda fase começou no início dos anos 2000 e almejou desenvolver um arcabouço teórico mais sólido, tendo como contrapartida principal a experiência histórico-cultural-linguística da China. A experiência socialista seria um dos





pontos de partida, mas não o único. Essa fase se beneficiou da tradução de obras clássicas de RI para o chinês feita nos anos anteriores e a publicação de artigos de autores chineses em língua inglesa, além de produções binacionais. Exponentes dessa fase são Yan Xuetong (Yan 2006) (Yan 2011), Qin Yaqing (Qin 2005) (Qin 2018), Zhao Tingyang (Zhao 2005) (Zhao 2016), Ren Xiao (Ren 2000) e Mei Ran (Mei 2000).

Por trás dessas duas fases, há motivações em comum. Em primeiro lugar, busca-se criar um contraponto entre as teorias dominantes de RI, que refletiriam realidades e interesses dos países ocidentais, e a especificidade do pensamento tradicional chinês. Tais teorias falharam em não levar em conta a experiência chinesa, pois seus autores possuíam poucos conhecimentos sobre as peculiaridades culturais, históricas e filosóficas da China e do Oriente em geral (Wang 2002) (Qin 2006). Com essa lacuna, a produção acadêmica do Ocidente atende sobretudo aos interesses nacionais desses países, sendo vistos como “sistemas de conhecimento exóticos com aplicabilidade limitada ao caso chinês” (Lu 2018 p. 8).

Em segundo lugar, há o interesse em alterar a dinâmica de construção teórica em RI, marcadamente unidirecional, sendo o Ocidente fonte irradiadora única. Entende-se que o estímulo ao desenvolvimento de modelos teóricos não ocidentais ou que fundam, em uma só base, conhecimentos produzidos nos dois lados do globo enriquece e complementa a pesquisa científica como um todo. Lu Peng recorda que acadêmicos como Hedley Bull e Onuf já expressaram a relevância de se ter intelectuais de formações socioculturais distintas cooperando (Lu 2018). Amitav Acharya vê com bons olhos a emergência de novas escolas, algumas de base nacional ou regional, como é o caso da chinesa, para o surgimento da disciplina “relações internacionais globais”, que albergue teorias das mais diversas matrizes (Acharya 2019, 468).

Em terceiro lugar, havia o interesse em difundir pensamentos e práticas internacionais da China ao longo da história. Nesse processo, seriam levantados questionamentos teóricos ignorados pela tradição existente em RI, como a relevância do sistema tributário existente na China até o século XIX para criar harmonia entre países, em oposição ao conceito de anarquia prevalente no Ocidente (Lu 2018). A experiência do processo de reforma e abertura e o legado comunista também mereceriam atenção (Acharya 2019).

Por fim, haveria o entendimento de que existe uma janela de oportunidade a partir da consolidação do país como ator importante no sistema global. Sua crescente participação em diversos tabuleiros mundiais tem atraído interesse





em pensadores e ideias chinesas, o que abriria uma porta para difundir o modo de pensar local e para adequar conceitos e procedimentos de organizações internacionais criadas sob forte influência da tradição ocidental a uma nova realidade em que a região asiática e a China terão função de destaque (Wang 2002). Essa chance também ajudaria a corrigir percepções e interpretações erradas sobre o país e a identificar anomalias em teorias ocidentais, desenvolvendo bases teóricas próprias, assim como fizeram Estados Unidos e Europa décadas atrás (Buzan 2018).

Enquanto os trabalhos da primeira fase do Movimento Escola Chinesa receberam parca atenção de acadêmicos ocidentais, a segunda — e atual — fase atraiu maior espectro de leitores, muito por causa de sua maior robustez acadêmica e enquadramento conceitual. Segundo Qin Yaqing, para adquirir independência e reconhecimento, assim como possuem as demais teorias vigentes, a escola chinesa de RI deve ter duas características principais: originar-se do contexto histórico, filosófico e geocultural chinês e adquirir significado e comprovação universais (Qin 2006).

Por meio da leitura dos principais expoentes chineses de RI, é possível concluir que foram obtidos grandes avanços no primeiro elemento, com as bases e as origens de uma teoria chinesa já bem estudadas. No entanto, no segundo ponto, ainda é preciso avançar, para que as novas propostas teóricas obtenham receptividade e aplicabilidade em outros meios acadêmicos.

Em que pese o processo ainda em amadurecimento quanto ao segundo ponto, já há amplo consenso sobre quais seriam as fontes do excepcionalismo teórico chinês: (i) a herança político-filosófica chinesa, sobretudo o conceito confuciano de “tianxia” (天下) e a tradição do sistema tributário, (ii) a visão chinesa moderna sobre soberania e a experiência revolucionária e (iii) a política de reforma e abertura e subsequente integração do país ao sistema mundial.

Herança político-filosófica

Dentro da tradição político-filosófica chinesa, um dos conceitos mais estudados por internacionalistas locais é “tianxia”, assim como o sistema tributário decorrente do primeiro, que vigorou no país por cerca de dois mil anos. Suas origens remontam a até cinco mil anos atrás, mas foi na dinastia Zhou, há dois mil anos, que atingiu seu auge e sofisticação (Zhao 2019).





“Tianxia” denota, literalmente, todo o mundo geográfico que existe abaixo do céu — ou o reino dos mortais. “O entendimento chinês do mundo é infinito em espaço e tempo, com o palácio do imperador [Cidade Proibida] no centro” (Qin 2007, 322). “Tianxia” estaria sob a área de influência do imperador chinês, o qual possuía um mandato do céu para governar (天命 tianming). Os demais seres abaixo do imperador deveriam subordinar-se e pagar tributos.

O objetivo maior da filosofia do “tianxia” é atingir a grande harmonia (大同 datong), que reflete um mundo ideal de harmonia e ordem baseado na moral e no altruísmo, inclusive entre o ser humano e a natureza (Qin 2007). O agir moral seria a principal característica do imperador. Seu comportamento, que serviria de exemplo a ser seguido por todos os cidadãos, envolveria cinco virtudes principais: benevolência (仁 ren), senso do dever (义 yi), adequação ou comedimento (礼 li), sabedoria (知 zhi) e confiabilidade (信 xin). Com base nessas virtudes e nos ritos estabelecidos, o soberano teria legitimidade e, assim, seria atingida a harmonia social. A ação política seria, antes de tudo, moral. Política e moral andavam de mãos dadas, a primeira como continuação da segunda, diferentemente da lógica realista, que as coloca em campos distintos (Corrêa e Barbosa 2017).

Outro elemento do modelo de “tianxia” é a ordem da diferença (差序秩序 chaxu zhixu), que envolve hierarquia e desigualdade, lógica que foi incorporada por pensadores confucianos mais tarde. A relação “não era entre animais na selva hobbesiana, igualitária e hostil; não era entre humanos na sociedade lockeana, igualitária e competitiva; não era ainda entre membros na cultura kantiana, igualitária e amigável; mas era entre pais e filhos na família confuciana, desigual, mas benigna”. O modelo tradicional chinês de governo calcava-se em cinco formas de relacionamento — pai-filho, imperador-ministro, irmão mais velho-irmão mais novo, marido-mulher e amigo-amigo —, em todas as quais haveria diferenças de nível (Qin 2007).

Por causa desse modelo holístico, o sistema social existe e opera, é com base nele que são regidas as relações entre governantes e governados. Não há, nem é esperada, igualdade ou equidade entre súdito e soberano. É por meio dessa ordem hierárquica que seria possível dar estabilidade e harmonia ao sistema, garantindo sua manutenção no longo prazo (Corrêa e Barbosa 2017).

A partir das dinastias Qin (221-207 AC) e Han (206 AC-220 DC), esse modelo foi transplantado para as relações com outros países. Surgiu o sistema tributário, que perdurou por quase dois mil anos. Neste, o império celestial (天朝 tianchao),





por meio do sistema de ritos (礼制 *lizhi*), se relacionava com estados vassallos, que, por sua vez, pagavam tributos (朝贡 *chaogong*). Nessa lógica, o sistema internacional possui uma ordem que é garantida pela hierarquia entre centro e demais partes (Qin 2006). Não havia a ideia de soberania, que coloca os países em situação de igualdade. A corte imperial chinesa era o centro, e os países em sua volta, seus dependentes. Como a China era a civilização mais avançada da região, responsabilizava-se pela estabilidade e desenvolvimento do sistema e do comércio, agindo como fiel da balança sempre que conflitos eclodissem entre estados vassallos (Qin 2007).

Esse modelo tradicional chinês, essencialmente sino-cêntrico, vai de encontro com o sistema de estados que surgiu após Vestefália, em que países independentes e soberanos coexistem numa estrutura descentralizada e não hierárquica. A partir das duas Guerras do Ópio (1839–1842, 1856–1860) e a subsequente invasão e ocupação de parte do território chinês, o modelo de “*tianxia*” colapsou (Lu 2018).

Experiência revolucionária

O colapso do sistema tributário e do princípio de “*tianxia*” gerou momento de perplexidade e reflexão sobre como se inserir no novo modelo de ordenamento entre estados iguais e soberanos. Por dois mil anos, a China não precisou questionar sua relação com o mundo, pois não existia um modelo alternativo ao sistema tributário existente (Qin 2006). Esse processo foi interrompido com as Guerras do Ópio e posterior ocupação do país por forças estrangeiras, cuja superioridade militar forçou a China a entrar em um sistema de estados essencialmente ocidental e baseado em tratados e costumes europeus. Diferentemente do modelo hierárquico anterior, em que a China se encontrava no centro, o país se inseria em paradigma alternativo em posição de igualdade soberana e formal diante de outras nações, mas de inferioridade após derrota no campo de batalha, assinatura de tratados desiguais e perdas territoriais, como Hong Kong.

Uma primeira tentativa de reinserção ocorreu com a experiência revolucionária (Qin 2006). Da influência que a China recebeu do Ocidente veio também o ideário revolucionário comunista, incluindo as teorias de Karl Marx sobre luta de classes, de Lênin sobre imperialismo, entre outras. Novos conceitos passaram a fazer parte do jargão teórico e diplomático do país, tais como hegemonia, imperialismo, luta de libertação nacional, colonialismo, revolução proletária, reforma agrária, coletivismo, estatismo, dependência, entre outros.





Essas teorias originadas no exterior ganharam componentes originais chineses, com o surgimento do maoísmo e com a experiência de revolução comunista a partir do campo. A partir de então, cada geração de líderes chineses fez sua contribuição teórica, que foi sendo incorporada no debate local: o Pensamento de Mao Zedong, a Teoria de Deng Xiaoping, as Três Representações de Jiang Zemin, o Conceito Científico de Desenvolvimento de Hu Jintao e a Nova Era de Xi Jinping (Shi e Ye 1995).

Todas essas teorias fazem parte do quadro curricular das universidades chinesas. Praticamente todas as instituições de ensino do país passaram a contar com cursos de graduação, mestrado e doutorado em marxismo. Marxismo é cadeira obrigatória tanto em cursos de ciências sociais quanto de exatas até hoje.

Contudo, para acadêmicos chineses, tal discurso combatente e revolucionário somente permitiu admissão limitada e parcial do país no sistema de estados marcado pela guerra fria e clivagem ideológica. Questionamentos sobre como se inserir plenamente no novo modelo persistiram, o que só foi resolvido com o início da política de reforma e abertura, quando a China encontrou uma maneira pragmática de se integrar ao sistema mundial criado pelo Ocidente. Apesar disso, os conceitos e as teorias socialistas seguem componentes importantes de uma teoria eminentemente chinesa (Qin 2006).

Reforma e abertura

Acadêmicos locais destacam a política de reforma e abertura, processo que se iniciou antes mesmo de 1979, como outro componente de uma teoria chinesa de RI. Enfatizam que, a partir dela, houve três mudanças importantes (Qin 2007). Ocorreu uma transformação institucional, em que o país se abriu para o mundo. A China passou a fazer parte e ser aceita nos acordos multilaterais e nas organizações internacionais, além de expandir sua rede de relacionamentos diplomáticos. Em 1971, a China tornava-se membro pleno da ONU. O presidente Nixon visitou Pequim no ano seguinte, e as relações com os EUA foram restabelecidas em dezembro de 1978, dias antes da Terceira Sessão Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista da China, marco do início das reformas econômicas do país.

A política de reforma e abertura trouxe igualmente modificação social, na identidade nacional do país. A China deixava de enxergar-se como uma nação revolucionária e passou a defender o “status quo”, não mais sendo um forasteiro





no sistema global (Qin 2007 p. 333). O objetivo passou a ser integrar-se e ser aceito pela comunidade internacional.

Por fim, trouxe também alteração ideacional, em que revolução não mais seria sinônimo de violência, contestação do sistema internacional e negação dos valores tradicionais da cultura chinesa, como diversos movimentos revolucionários chineses defenderam a partir do fim do século XIX. Esses valores tradicionais, assim como a experiência socialista, não seriam descartados, muito menos desvalorizados, mas poderiam coexistir com ideias ocidentais (Qin 2007).

Movimento Escola Chinesa e demais teorias de relações internacionais: uma nova teoria em construção?

Da evolução do debate teórico sobre RI na China surgiram várias contribuições, sendo que alguns acadêmicos locais ganharam maior atenção e notoriedade, seja em função de sua densidade conceitual, seja por seu diálogo fluido com contrapartes não chinesas. Entre eles, destacam-se Zhao Tingyang e sua proposta de adaptação do conceito de “tianxia” ao campo de teoria de RI, Qin Yaqing e sua teoria relacional de RI, e Yan Xuetong e seu modelo de realismo moral.

Os três teóricos trazem em comum o objetivo de trazer contribuições novas ao debate sobre teoria de RI, tendo como base a experiência política chinesa. Todos recorrem a exemplos da história, cultura e filosofia do país como ponto de partida para suas teses, as quais sugerem adaptações nos cânones das principais correntes de RI, especificamente realismo, liberalismo e construtivismo.

Em que pesem as novas abordagens trazidas por eles, persistem muitas críticas sobre até que ponto essas contribuições poderiam, de fato, constituir alternativa prática e viável às três correntes tradicionais, assim como se teriam validade para além da experiência histórico-política chinesa tanto do passado quanto da atualidade (Acharya 2019). Prevalece o entendimento de que, apesar de trazerem à tona pontos de vista distintos sobre fenômenos político-diplomáticos, ainda são de difícil aplicabilidade em contextos não chineses, como é o caso do sistema “tianxia”, além de não se dissociarem das principais teorias atuais, como mostram as similitudes entre o construtivismo e a teoria relacional e entre o realismo clássico e o realismo moral.





Teoria Relacional de RI

Qin Yaqing é considerado por muitos como o idealizador do atual Movimento Escola Chinesa. Ele defende que a produção de conhecimento em ciências sociais não é imparcial, insere-se dentro de um contexto social, cultural, linguístico, filosófico, religioso, histórico específico do qual o autor sofreu ou sofre influência. A forma como o agente interpreta fenômenos sociais passa pelo filtro desses valores, e seu ponto de vista refletirá princípios comumente vistos e aceitos na comunidade à qual ele pertence. Nessa linha, acadêmicos produzem somente “conhecimento representacional”, no sentido de que “a cultura molda o caráter, crenças, visão de mundo, maneira de pensar e fazer” (Qin 2018, 419). O modo como esse conjunto social determina inconscientemente o campo de produção intelectual é chamado de “permeação implícita” (Qin 2018, 421).

No campo de pesquisa de relações internacionais, não é diferente. O teórico de RI enxerga acontecimentos históricos e fatos recentes pela ótica de suas experiências passadas e de sua formação acadêmica. O conhecimento em ciências sociais não passa de uma construção sociocultural e tem endereço marcado, advém de determinada localidade, país ou nicho cultural em que se compartilham certos valores e ideias. Logo, é natural que acadêmicos recorram à história de seu país e região para tentar comprovar teses e hipóteses. O estudo de ciências políticas no Ocidente reflete um substrato teórico que remete à Grécia antiga e à civilização greco-romana que a sucedeu, e tal herança está presente na sua produção de conhecimento até hoje.

Nessa linha, uma vez que as ciências sociais se desenvolveram primeiro no Ocidente, tornou-se comum aceitar sua produção intelectual como universal e aplicável a distintos contextos e áreas geográficas. Da mesma forma, surgiu certa rejeição a opiniões que não decorram da corrente teórica principal. Contudo, reforça o autor que o conhecimento em teorias sociais tem nome e local de origem. É de se esperar que tenha ele maior aplicabilidade e comprovação em contexto específico, mas dificilmente daria explicações completas sobre fenômenos socioculturais de sociedades e realidades muito distintas.

A teoria relacional de Qin vai mais longe e apresenta um contraponto ao predomínio da racionalidade nos estudos de RI. Os estados, de igual maneira aos seres humanos, enxergam sua interação com suas contrapartes pela ótica de seus valores, mas também constantemente definem sua identidade e seus interesses no relacionamento com o outro, em um processo dinâmico. Um mesmo ato pode





ser interpretado como uma ameaça por um país, mas não por outro. Os atores agem racionalmente no sistema internacional, mas depois de interpretarem o comportamento alheio e identificarem a natureza do relacionamento — amizade ou inimizade, por exemplo. O autor chama isso de “racionalidade relacional” (Qin 2018, 428).

Para embasar seus pontos, Qin recorre à filosofia tradicional chinesa. Ao modelo hegeliano de teses, antíteses e sínteses, ele contrapõe a dialética “zhongyong”, na qual “yin” e “yang” se complementam e sustentam uma relação harmônica. “Yin-yang” seria o modelo para todos os relacionamentos do universo. Não há dicotomia ou estrutura binária excludente, mas polaridades que se complementam e de cuja interação se obtém harmonia. Aliás, a “Grande Harmonia” (ou 大同 datong) seria a base epistemológica do estado de natureza — diferentemente do estado de natureza anárquico do realismo — e foi sobre ela que perdurou o modelo tributário chinês e o sistema “tianxia”. Nessa linha, a lógica da relação entre homens e entre estados seria de constante aproximação e não de estranhamento, conflito e dilemas de segurança (Qin 2018).

A valorização do contexto social e da dinâmica de ação e reação, não por acaso, demonstra grande afinidade com o construtivismo em RI. Como se recorda, Alexander Wendt discorda dos realistas e entende que a anarquia não é uma situação estática, os agentes não definem suas ações unicamente com base em um cálculo racional de recursos relativos de poder. O interesse estatal não é fixo, sendo resultado de uma combinação de ideias, capacidades e modelos de interação. É com base no processo de interação entre os membros do sistema e nos valores e ideias predominantes em determinada época que as relações são vistas como amistosas ou conflituosas. Da mesma forma, o próprio dinamismo do processo permite mudanças de comportamento e interpretação, a depender das escolhas de cada agente (Wendt 1992).

A teoria relacional de Qin Yaqing, por sua ênfase na prática e também na cultura como substrato epistemológico e psicossocial de qualquer teoria política, apresenta grande similitude com a corrente construtivista, e até então não tem sido considerada novo paradigma teórico de RI. Entre as suas principais inovações, estaria buscar, na herança filosófica chinesa, o embasamento teórico para questionar o racionalismo dominante em meios acadêmicos ocidentais.





Realismo Moral

Yan Xuetong é o principal expoente do que se conhece como o “pensamento de Tsinghua” (Zhang, 2012). Trata-se de um grupo de acadêmicos dessa prestigiosa universidade chinesa, cujos trabalhos foram publicados, de forma inédita, por editora ocidental, no livro “Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power” (Yan 2011). Boa parte dos textos são de Yan, que recorre à história e ao pensamento clássicos chineses para propor sua teoria do realismo moral.

Como o próprio nome indica, Yan sugere um aperfeiçoamento das teorias realistas de RI, as quais falham em não reconhecer a importância da moral como componente do poder hegemônico. O autor concorda com as teses realistas de que a causa da guerra está na natureza e no egoísmo humanos (Yan 2011). A anarquia é característica constante do sistema internacional, no qual os estados lutam por poder, prestígio e riquezas (Yan 2019). A estabilidade desse modelo decorre de um esquema hierárquico em que o país hegemônico é o garante do funcionamento do sistema e de suas instituições.

Contudo, Yan vai mais longe e afirma que o exercício da hegemonia não depende somente de poder material, mas também de um agir moral. O grau de moralidade do estado hegemônico vai definir a duração de sua supremacia e a estabilidade de todo o sistema. Segundo o autor, teorias realistas falharam ao não identificar que a ascensão e a queda de potências está diretamente relacionada à conjunção de dois fatores: poder e autoridade. O primeiro refere-se ao aspecto objetivo, ao uso da força, seja ela militar, seja econômica, ao passo que o segundo remete a elementos imateriais, que seria a legitimidade desse poder, até que ponto ele gera confiança, credibilidade e exemplo aos outros membros do sistema. Ambos são componentes indispensáveis do exercício de hegemonia (Yan 2011).

Recorrendo aos escritos de sete pensadores chineses anteriores à dinastia Qin, Yan apresenta o conceito de “autoridade humana” (王道 wangdao) em oposição ao de hegemonia (霸道 badao) (Yan 2019, 48). Trata-se basicamente de adicionar uma camada ideacional de moralidade ao conceito de poder hegemônico. Por meio da autoridade humana, é possível inspirar o comportamento dos demais estados, influenciar mudanças nas normas internacionais e, mais importante, ter o *status quo* aceito pela comunidade global.

Yan faz uso de vários exemplos da história ocidental, tanto a antiga quanto a mais recente, para ilustrar sua tese e destaca sua utilidade para as atuais relações internacionais. Com base nesses, adverte que a China deve concomitantemente





aumentar tanto seu poder material quanto político e moral como forma de ser vista como país responsável na comunidade global.

Em que pese o fato de o princípio de autoridade humana ajudar a melhor entender e prever mudanças no sistema internacional contemporâneo, não há consenso, no meio acadêmico, de que o realismo moral de Yan poderia ser visto como paradigma novo e alternativo de teoria de RI a ponto de ser posto ao lado das principais correntes em voga. Sua inovação teórica está em trazer nova perspectiva para adaptar e melhorar o realismo e, assim, possivelmente torná-lo aplicável a diversas realidades e fenômenos sociais.

Sistema Tianxia

Zhao Tingyang é atualmente o principal defensor de se aplicar o conceito de “tianxia” à teoria de RI. Segundo ele, há duas origens para as teorias políticas no mundo: o modelo de “polis” da Grécia antiga e o sistema de “tianxia” da China clássica. Trata-se de duas formas de enxergar o mundo que coexistiram no tempo, mas não no espaço, sem pontos de conexão. Zhao estuda principalmente o sistema “tianxia” que foi desenvolvido durante a dinastia Zhou (século XI a.C.–256 d.C.), o qual estava em constante disputa com uma miríade de grupos étnicos, muitos dos quais maiores e mais fortes, como os Shang, destronados antes por uma coalizão liderada pelos primeiros. Incapaz de manter-se no poder unicamente por meio da força militar, o regime Zhou desenvolveu um sistema em que a cooperação de longo prazo seria maximizada e os conflitos, minimizados (Zhao 2019).

O conceito de “tianxia” refletiria uma trindade, um mundo em três camadas. Uma delas é o mundo físico abaixo do céu — ou “all under Heaven”. Em seguida, uma existência psicológica e sociológica, referente à aceitação da autoridade divina por suas partes. Por fim, um sistema político harmônico, completo e inclusivo. A junção desses três universos configuraria um sistema político essencialmente mundial, marcado pela coexistência de todos, um modelo de mundo em si mesmo, que transcende o nível dos estados na concepção vestifaliana (Zhao 2019).

Nessa estrutura, há direitos e deveres para o estado suserano — ou “Império do Meio” — e os vassalos. Ao primeiro, caberia manter a ordem e a segurança públicas e prover serviços comunitários, supervisionando todo o reino. Aos demais, cumpriria pagar tributos e serviços, enquanto mantêm autonomia local.





A legitimidade do poder está numa governança benevolente e virtuosa sob pena de uma revolução destronar o suserano. O “Filho do Céu” recebe o “Mandato do Céu” para governar, mas seu domínio se mantém enquanto há interesses comuns e evidências tangíveis de que as aspirações de todos estão sendo satisfeitas (Zhao 2019 p. 7).

Diferentemente de Qin Yaqing e Yan Xuotong, a formação de Zhao é em filosofia, o que se reflete muito em seus escritos. Ao longo de suas obras, defende a aplicabilidade do modelo de “tianxia” às relações internacionais contemporâneas, mas, em círculos acadêmicos mais amplos, sua viabilidade ainda enseja mais dúvidas do que respostas.

Por que ainda não há uma teoria chinesa de relações internacionais?

Nesse processo de criação de uma escola chinesa de RI, autores locais identificaram obstáculos internos, cuja correção ajudaria a criar ambiente propício ao crescimento e melhoramento dos estudos internacionalistas na China e à expansão de teorias chinesas em meios acadêmicos ocidentais. A superação desses entraves seria igualmente importante para enfrentar barreiras externas, que advém da hegemonia ocidental no debate teórico de RI.

Em termos organizacionais, alguns autores chineses sublinham a relevância de se ter e manter corpo docente estável de profissionais de relações internacionais para a expansão do conhecimento sobre RI no país e o amadurecimento da disciplina como ramo independente de ciência. Garantir recursos para pesquisa e publicações seriam pontos relevantes, assim como estimular contínua produção acadêmica por parte dos autores. Muitos destes somente publicaram uma única vez e nem sempre conseguem dar continuidade à carreira acadêmica (Su 2005).

Em termos acadêmicos, autores chineses levantam vários pontos. Primeiramente, seria preciso melhorar a qualidade dos artigos publicados. Muitos destes se resumem a reproduzir o discurso oficial e a descrever fatos e estatísticas, sem acrescentar uma análise qualitativa dos dados apresentados. Pecariam em lógica e comprovação empírica, em argumentação e análise (Su 2005). Tal problema decorreria da falta de treinamento metodológico básico, o que dificulta ter massa crítica para desenvolver modelos sistêmicos para fenômenos internacionais (Yan 2011). Essa falta de rigor acadêmico e metodológico deveria





ser combatida por meio da ênfase na capacidade de análise crítica do analista e teórico de RI (Shi 2005).

Decorrente dessa falta de rigidez metodológica, acresce-se elevada oposição de intelectuais chineses à perspectiva científica de RI, recorrendo majoritariamente à corrente clássica. Como se recorda, enquanto esta tem como fontes a filosofia, o direito e a história e caracteriza-se por explícita confiança no exercício do julgamento do profissional de RI, que chega a suas conclusões com base em um processo cientificamente imperfeito de percepção e intuição (Bull 1966), a perspectiva científica alicerça-se na lógica e na matemática, em rigorosos procedimentos de verificação empírica, buscando a precisão, concisão, certeza e verificabilidade de eventos sociais (Shi 2005). Como ciência política, a corrente clássica é naturalmente a mais recorrente nos estudos de RI, o que não exclui eventual recurso a dados quantitativos para comprovar teses aventadas pela experiência e pelo instinto do pesquisador.

Seria igualmente relevante melhorar o nível conceitual e de problematização dos textos de RI. Seriam poucos os artigos que levantam questões, menos ainda os que o fazem com impacto inovador. A pesquisa acadêmica local estaria ainda muito concentrada e preocupada em copiar modelos teóricos, sobretudo os vindos dos EUA (Su 2005). Por causa disso, há forte tendência em utilizar o arcabouço realista em debates acadêmicos apesar da receptividade das teses liberais e sobretudo construtivistas no discurso oficial. Temas de segurança são onipresentes em sala de aula.

Essa dependência de modelos teóricos ocidentais já gerou grande esforço em traduzir e discutir obras de autores ocidentais. No entanto, seria necessário dar um segundo passo: estimular ainda mais reflexões, do ponto de vista da experiência histórico-filosófica chinesa, sobre os desafios que a China enfrenta ao se relacionar com o mundo, como as mudanças internas do país influenciam e influenciarão as demais nações (Su 2005) — aliás, um dos objetivos do Movimento Escola Chinesa. Em que pese essa necessidade e os escritos de vários autores locais, ainda prevalece, nas salas de aula, a aplicação dos discursos realista, liberal e construtivista — cujas matrizes e origens são ocidentais — ao contexto chinês (Qin 2007). Para Yan, essa ênfase em teorias ocidentais decorre, em muitos casos, da falta de aprendizado sobre pensamento político tradicional chinês. O melhor caminho seria dominar teorias locais para, assim, estudar contribuições externas. Seria necessário estimular debates exclusivamente teóricos nas universidades (Yan 2011).





Outro ponto a se ter em mente é, segundo autores, a falta de mecanismo saudável de crítica acadêmica. “Por várias razões, as ciências sociais da China dificilmente podem realizar críticas e debates acadêmicos ativos, algumas questões não podem ser debatidas, e debates sobre alguns temas são interrompidos por fatores não acadêmicos logo depois que começam” (Su 2005, 29). A realização de pesquisas de opinião e de entrevistas também podem ter óbices.

Em que pese o aumento dos contatos entre acadêmicos chineses e de outros países, ainda é comum a publicação de textos indiferentes a que outros teóricos publicam fora ou até dentro da China. Falta, muitas vezes, revisão mínima de literatura, que impeça a produção de artigos repetitivos e carentes de boas fontes. A falta de um diálogo acadêmico fluido e transfronteiriço acaba gerando textos centrados em si mesmos e que naturalmente carecem de rigor metodológico e científico (Su 2005). Barreiras linguísticas contribuem para esse quadro. Apesar do aumento do nível geral de inglês de professores e alunos, persistem lacunas em outras línguas. Não é incomum encontrar acadêmicos que não falam a língua e, por vezes, não conhecem pessoalmente os países e regiões sobre os quais se especializaram.

Em termos teóricos, alguns pontos importantes limitam o reconhecimento e aceitação ampla do Movimento Escola Chinesa. Em primeiro lugar, como vem sendo discutido aqui, não surgiu, até o momento, alternativa viável aos conceitos criados no Ocidente. Soberania segue sendo um dos princípios basilares, inclusive da política externa chinesa. Muitas vezes, o que alguns acadêmicos chineses chamam de descobertas inovadoras seriam, na verdade, reformulações dessas teorias de RI já estabelecidas (Lu 2018).

O estudo de esquemas realistas, liberais e construtivistas seguem populares na academia local e são usados como ponto de partida para se explicar a realidade atual. Com suas exceções, teorias chinesas ainda não geraram uma agenda de pesquisa vibrante, dentro do país, sobre a qual gerações novas e antigas se debruçam para criar novas contribuições. Da mesma forma, casos de acadêmicos estrangeiros estudando modelos chineses de RI ainda não são muitos (Acharya 2019).

Há críticas à essência sino-cêntrica da tradição intelectual chinesa e à aplicabilidade restrita ao contexto local, o que dificultaria a fundação de teoria original de RI cujos preceitos possuem validade e aceitação universais. Esse sino-centrismo, muitas vezes, deixa teóricos chineses epistemologicamente inclinados a ter como ponto de partida a superioridade da experiência cultural e histórica





chinesa na produção de conhecimento acadêmico, o que seria um fenômeno comum em civilizações com longa história, ricas práticas consolidadas e distintas maneiras de vida (Qin 2018). Uma perspectiva holística, que albergue sabedoria e exemplos vividos nos dois lados do globo, poderia ser uma solução viável ao euro-centrismo das teorias atuais. Sem isso e sem sair da influência do sino-centrismo, será difícil para o Movimento Escola Chinesa ser um empreendimento científico no senso estrito (Lu 2018).

Muito em função desse sino-centrismo, pairam dúvidas se as teorias chinesas teriam aplicabilidade em outras culturas e contexto sociais para além do local e de seu entorno imediato. O sistema “tianxia” da dinastia Zhou foi desenvolvido numa época em que “as pessoas não sabiam o quão grande o mundo era” (Zhao 2019, 11) e havia poucos contatos com outras culturas. O mundo que conheciam era o chinês, logo o “mundo abaixo do Céu” seria “o mundo chinês abaixo do Céu” (Acharya 2019, 475).

Questiona-se igualmente se as próprias teses defendidas por Yan e Zhao, por exemplo, poderiam ser verificadas em outros momentos da história chinesa, visto que construíram seu arcabouço teórico com base no período prévio à dinastia Qin (Acharya 2019), que sucedeu a Zhou e descontinuou o sistema “tianxia” tal como idealizado antes, em que pese à continuidade do sistema tributário no tempo. E mais, pergunta-se se essas ideias e conceitos poderiam ser aplicados hoje em dia. O próprio Zhao confessa que “a estrutura hierárquica [do “tianxia”] não está de acordo com os valores da atualidade” (Zhao 2019, 14).

Por fim, alguns críticos advertem para o uso político de discursos teóricos. Muitos autores salientam que muitos argumentos defendidos seriam motivados muito mais por cálculo do que por efetiva crença. Amitav afirma que parte desse ceticismo advém da estreita relação entre academia e política oficial chinesas — fenômeno não exclusivo da China. Por exemplo, a ideia de harmonia, esteio do sistema tributário, é comumente invocado por líderes do país. Adverte que o conceito de “tianxia”, numa versão moderna, poderia servir para justificar a liderança e a estabilidade do partido no poder na China, inclusive em contextos mais amplos que o local (Acharya 2019).

Um último e relevante ponto seria a rejeição dos meios acadêmicos ocidentais a quaisquer contribuições alheias, o que não se limita às chinesas. Amitav afirma que há um “intrínseco e persistente paroquialismo” no debate de RI no Ocidente (Acharya 2019, 482). Pelo fato de terem sido os primeiros a desenvolver esse ramo de pesquisa e de suas ideias se manterem, até hoje, em posição de destaque, há





pouca receptividade a aportes vindos de outras regiões.

Qin, por sua vez, afirma que, durante a longa tradição ocidental no estudo de RI, foram definidos conceitos, padrões e modelos para definir o que é teoria e o que é uma boa teoria social. Qualquer sugestão fora desses parâmetros é automaticamente vista como não teoria ou carente de cientificidade. O autor recorda que noções de superioridade, sejam expressões de euro-centrismo, sejam de sino-centrismo, são maléficas ao estudo de RI (Qin 2018).

Por fim, Yan acrescenta o que ele chama de razão política para a ainda limitada aceitação externa das teorias chinesas. Pelo fato de os Estados Unidos serem a principal potência na atualidade, é natural que suas ideias e seus conceitos atraiam mais atenção do que outras contribuições teóricas (Yan 2011).

Conclusão

A progressiva consolidação da China como potência relevante no cenário mundial tem chamado a atenção não só de políticos, diplomatas e tomadores de decisão, mas também de teóricos de RI, interessados em escutar o que acadêmicos chineses têm a dizer sobre a posição do país no sistema de estados, a visão chinesa de mundo e sua contribuição para o campo de relações internacionais. Diante disso, cresceram vozes dentro da China que advogam o surgimento de uma escola chinesa de RI, que, a partir da análise de aspectos históricos, culturais e filosóficos próprios, edificaria um substrato teórico independente, original e distinto das demais teorias tradicionais. Essa tentativa é conhecida por Movimento Escola Chinesa.

O Movimento Escola Chinesa já alcançou consensos sobre as possíveis origens dessa nova teoria, mas ainda não se estruturou em torno de normativas que atraem reconhecimento e aceitação em teatros outros que o chinês ou o entorno imediato do país. Críticos do realismo moral, da teoria relacional e do sistema “tianxia” debatem até que ponto se poderia construir uma ordem mundial com base nessas formulações.

Predomina o entendimento de que as contribuições teóricas chinesas até então carecem de aplicabilidade prática em contextos recentes e não chineses — como é o caso do “tianxia” — e seriam mais adaptações das correntes tradicionais de RI do que paradigmas completamente inovadores. A proximidade entre o realismo clássico e o realismo moral e entre a teoria





relacional e o construtivismo seria um exemplo. A dificuldade em se alcançar reconhecimento e atrair o interesse de meios acadêmicos ocidentais, para além do refratarismo intrínseco destes, adviria de limitações organizacionais, acadêmicas e teóricas do estudo de RI na China, em que pese os avanços obtidos nos últimos anos.

Assim como qualquer processo em andamento, o debate sobre o Movimento Escola Chinesa está ainda se desenrolando e, logo, possui final indefinido. Com a globalização e o crescente fortalecimento de potências emergentes, é de se esperar que propostas não ocidentais ganhem espaço no debate teórico de RI, ajudando a criar o que muitos defendem como “Global International Relations” (Acharya 2019). Como qualquer processo de criação de nova teoria, é natural que autores recorram primeiro a paradigmas existentes para, num segundo momento, apresentarem sugestões novas e inovadoras. É possível argumentar que a academia chinesa se encontra nesse estágio. De qualquer maneira, para além da discussão sobre a existência ou não de uma teoria de RI proveniente da China, o Movimento Escola Chinesa por si só já é contribuição importante para o debate e o enriquecimento das relações internacionais como ciência, campo de estudo.

Referências

- Acharya, Amitav. 2019. From Heaven to Earth: ‘Cultural Idealism’ and ‘Moral Realism’ as Chinese Contributions to Global International Relations. *The Chinese Journal of International Politics*. 2019, Vol. 12, 4, pp. 467–494.
- Graham, Allison. 2017. *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides’s Trap?* Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.
- Bull, Hedley. 1966. International Theory: The Case for a Classical Approach. *World Politics*. 01 de 04 de 1966, Vol. 18, 3, pp. 361-377.
- Buzan, Bary. 2018. How and How Not to Develop IR Theory: Lessons from Core and Periphery. *The Chinese Journal of International Politics*. 28 de 06 de 2018, Vol. 11, 4, pp. 391-414.
- Corrêa, Germano e Barbosa, Pedro. 2017. Uma tentativa brasileira de entender o funcionamento do governo e do setor privado da China. [A. do livro] Pedro Barbosa. [ed.] Pedro Barbosa. *Os desafios e oportunidades na Relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas*. Brasília: FUNAG, 2017, pp. 21-64.





- He, Fang. 1992. Jianli zhongguode guoji guanxi lilun (A consttuição da teoria chinesa de relações internacionais). *Shijie jingji yu zhengzhi (Economia e Política Mundiais)*. 1992, 1, pp. 36-39.
- Li, Shisheng. 1999. Guanyu zhongguo guoji guanxi lilun yanjiude fazhan yu jiaqiang jianshede guanjian wenti (A evolução da pesquisa sobre a teoria chinesa de relações internacionais e a chave para o contínuo progresso). *Shiji jingji yu zhengzhi (Economia e Política Mundiais)*. 14 de 05 de 1999, 5, pp. 36-40.
- Liang, Shoude. 1994. Lun guoji zhengzhixuede zhongguo tese (Sobre as características chinesas de política internacional). *Guoji Zhengzhi Yanjiu (Revista de Estudos Internacionais)*. 15 de 02 de 1994, 1, pp. 15-21.
- Lu, Peng. 2018. Chinese IR Sino-centrism tradition and its influence on the Chinese School Movement. *The Pacific review*. 12 de 12 de 2018, Vol. 2019, 10, p. 01.
- Mei, Ran. 2000. Gaibugai you guoji zhengzhi lilunde zhongguo xuepai?—jianping meiguode guoji zhengzhi lilun (Deveria haver uma escola chinesa de teoria de política internacional? Também uma discussão sobre a teoria norte-americana de política internacional). *Guoji zhengzhi yanjiu (Jornal de Estudos Internacionais)*. 15 de 02 de 2000, 1, pp. 63-67.
- Qin, Yaqing. 2018. A Multiverse of Knowledge: Cultures and IR Theories. *The Chinese Journal of International Politics*. 2018, pp. 415-434.
- Qin, Yaqing. 2006. Guoji guanxi lilun zhongguo xuepai shengchengde keneng he biran (A necessidade e a possibilidade de se criar uma escola chinesa de relações internacionais). *Shijie jingji yu zhengzhi (Economia e Política Mundiais)*. 1 de 3 de 2006, pp. 7-13.
- Qin, Yaqing. 2005. Guoji guanxi lilunde hexin wenti yu zhongguo xuepaide shengcheng (A problemática principal da teoria de relações internacionais e a criação da escola chinesa). *Zhongguo shehui kexue (Ciências Sociais na China)*. 10 de 05 de 2005, pp. 165-176.
- Qin, Yaqing. 2007. Why is there no Chinese international relations theory? *International Relations of The Asia-Pacific*. 02 de 08 de 2007, Vol. 7, pp. 313-340.
- Ren, Xiao. 2000. Lilun yu guoji guanxi lilun: yixie sikao (Teoria e teoria de relações internacionais: algumas reflexões). *Ouzhou yanjiu (Revista Chinesa de Estudos Europeus)*. 2000, 4, pp. 19-25.
- Shi, Yinhong e Ye, Fengli. 1995. Xianshizhuyi·lixingzhuyi·gemingzhuyi—guoji guanxi sixiang chuantong jiqi dangdai dianxing biaoqian (Realismo, Racionalismo e Revolucionismo: a tradição do pensamento das relações e sua aplicação contemporânea). *Ouzhou (Europa)*. 1995, 3, pp. 4-16.





- Shi, Yinhong. 2005. Guanyu guoji guanxide lishi lijie (Sobre a interpretação histórica das relações internacionais). *Shijie jingji yu zhengzhi (Economia e Política Mundiais)*. 2005 年 10 月 1 日, 页 20-25.
- Su, Changhe. 2005. Weishenme meiyou zhongguode guojiguanxi lilun? (Por que não há uma teoria chinesa de relações internacionais?). *Guoji GuanCha (Observatório Internacional)*. 1 de 04 de 2005, pp. 26-30.
- Wang, Yiwei. 2002. zai kexue yu yishu zhijian——zhiyi guoji guanxi lilun (Entre ciência e arte: questionando a teoria de relações internacionais). *Economia e Política Mundiais*. 09 14, 2002, 9, pp. 4-10.
- Wendt, Alexander. 1992. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization*. 1 de 3 de 1992, Vol. 46, 2, pp. 391-425.
- Yan, Xuetong. 2006. Guoji guanxi lilun shi pushixingde (A Teoria de Relações Internacionais é Universal). *Shijie jingji yu zhengzhi (Economia e Política Mundiais)*. 14 de 02 de 2006, 2, p. 1.
- Yan, Xuetong. 2011. Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power. Princeton:Princeton University Press, 2011.
- Yan, Xuetong. 2019. Leadership and the Rise of Great Powers. Princeton:Princeton University Press, 2019.
- Zhang, Feng. 2012. The Tsinghua Approach and the Inception of Chinese Theories of International Relations. *The Chinese Journal of International Politics*. 2012, Vol. 5, pp. 73–102.
- Zhao, Tingyang. 2019. Redefining A Philosophy for World Governance. Singapore:Palgrave Macmillan, 2019.
- Zhao, Tingyang. 2016. Tianxia de dangdaixing: shijie zhixu de shijian yu xiangxiang (A possible world of all-under-heaven system: the world order in the past and for the future). Beijing: Zhongxin Chubanshe, 2016.
- Zhao, Tingyang. 2005. Tianxia tixi: Shijie zhidu zhexue daolun (Tianxia system: a philosophy for the world institution). Nanjing : Jiangsu Jiaoyu Chubanshe, 2005.

